

JOSÉ THOMAZ SENISE

A atual crise do ensino público e particular, em todos os níveis, tem raízes antigas e profundas.

Encontram-se as raízes na atitude da sociedade brasileira, em seu todo, no tocante ao conhecimento e ao saber. Encontram-se na valorização da forma, mais do que o conteúdo. Encontram-se na filosofia do jeitinho, do levar vantagem.

O apego à forma, o pouco caso pelo conteúdo, caracterizam o que poderíamos chamar, em termos industriais, falha ou falta de controle de qualidade por parte de nossa sociedade.

Nossa sociedade não sabe (ou não quer) distinguir entre o bom e o mau ensino. Nossa sociedade não sabe (ou não quer) avaliar o custo real de operação e de contínuo aperfeiçoamento de uma instituição onde se oferece ensino de bom nível.

Por outro lado, resta perguntar se, numa sociedade sem claros e firmes critérios de controle de qualidade do ensino, numa sociedade que mais se apega à forma do que à essência, seja realmente necessário manter escolas de bom nível.

Nossas leis, reflexo de nossa sociedade, parecem indicar o contrário.

Tomemos como exemplo o ensino superior:

Todo diplomado, por qualquer escola superior reconhecida, tem por lei direito a regalias e vantagens que vão desde atribuições exclusivas e salário mínimo profissional, até direito a prisão especial (tímidas medidas corretivas, ainda pouco restritivas, como o exame da Ordem dos Advogados, não alteram o panorama geral).

Nesse contexto, qual é o objetivo do ensino superior? O que é uma faculdade? Qual é a sua função na sociedade?

No entender de muitos, a escola superior é apenas um local, um ponto de reunião, onde um grande número de indivíduos, chamados estudantes, paga (diretamente nas escolas particulares, indiretamente — através de impostos pagos por toda a sociedade nas escolas públicas) a um pequeno número de indivíduos chamados professores, para que estes, em troca do pagamento, utilizem meios que vão desde o espetáculo mágico (aulas) até a tortura institucionalizada (provas), na tentativa de transmitir aos pagantes um mínimo de conhecimento formalmente aceito como sendo suficiente para justificar a entrega de um "canudo". Este, é o bastão mágico que "dá status" ao seu portador, que "o leva ao sucesso", abrindo-lhe as portas de uma profissão rendosa, ou quiçá de um emprego público "descompromissado", de nível universitário, dos tantos que sobram por aí, inclusive acumuláveis — sonho dourado, ambição máxima, de muitos brasileiros.

Com todas as vantagens oferecidas indiscriminadamente aos portadores de canudo, seja este oco ou contendo ouro, para que buscarem faculdades "díficeis", caras ou mesmo "de graça", quando é possível "tirar

vantagem" e alcançar o mesmo objetivo em faculdades "fáceis"?

Por outro lado, já que a sociedade sustenta as faculdades públicas, nada mais justo que essas mesmas faculdades forneçam a todos, de graça (isto é, pagos pela própria sociedade) e de preferência sem muito esforço, os tão ambicionados canudos.

Afinal, o que se valoriza em nossa sociedade, não é o saber e muito menos a cultura. Vale aparentar mais do que ser, vale a posição, vale, sobre tudo e sobre todos, o dinheiro.

O canudo, então, nada mais representa do que um instrumento para ganhar dinheiro, até mesmo honestamente, com a proteção da lei.

Essa caça ao canudo, essa vontade de, através do canudo, sorver os recursos econômicos da sociedade, feito criança que chupa refresco, tem levado a uma demanda exagerada de cursos superiores e à consequente proliferação de "faculdades" de todo tipo (houve anos em que a abertura de faculdades parecia superar em número a inauguração de coretos e fontes luminosas).

Criaram-se inúmeras faculdades "de mentirinha". Não só particulares, como também públicas, espalhadas pelo Brasil a fora, instituições cuja principal razão de nascer foi a de criar mais empregos públicos destinados a políticos locais e seus apadrinhados.

Quanto à qualidade do ensino nessas novas "fábricas de canudos" (algumas das quais conseguiram até receber o pomposo título de universidades, alcançando, assim, uma autonomia que lhes permite fabricar até canudos pós-graduados), o que dizer?

Entramos aqui num dos aspectos da questão: escola pública versus escola particular.

Costuma-se muito criticar o mau ensino em certas escolas particulares. Mas o que dizer de escolas públicas tão ruins quanto ou piores do que as primeiras? Será por acaso o mau ensino mais tolerável nas escolas do governo? Certamente não, pois o ensino superior público é custeado pelo povo, que, em sua grande maioria, não tem acesso ao mesmo.

Na opinião pública, porém, cristalizou-se a idéia de que, no tocante às escolas do governo; bem, há escolas boas e escolas ruins, mas ao menos são de graça (falsa ilusão) e pertencem a todos, enquanto as escolas particulares são organizações comerciais que visam ao lucro, destinado aos bolsos dos cotistas de uma entidade mantenedora que se esmera em pagar salários aviltantes aos professores e cobrar dos alunos anuidades escorchantes. Nessas escolas, as despesas com materiais didáticos, equipamentos, instalações e bibliotecas são limitadas ao mínimo para manter as aparências e apaziguar os inspetores do MEC e da Sunab.

Nessas condições, é de esperar que se pretenda aplicar às anuidades escolares índices de aumentos inferiores aos da inflação oficial, quase (ou por certo) como uma

forma de penalizar as escolas particulares, reduzir os lucros excessivos de seus donos e talvez obrigá-los a fechar as portas e mudar de ramo de negócios.

No tocante às anuidades escolares, assunto dos mais polêmicos, cabe apontar dois entre os muitos erros de conceito que confundem a opinião pública.

Em primeiro lugar, o erro da generalização dos reajustes. Os mesmos índices de aumento autorizados aplicam-se a todas as escolas particulares, indistintamente, secundárias ou superiores, escolas de Administração, Direito, Engenharia, ou Medicina, como se os efeitos da inflação fossem os mesmos numa escola onde os cursos só gastam giz e noutra em que há laboratórios e oficinas. Toma-se como referência o gasto com a folha de pagamentos dos professores, mas não se leva em conta que existem escolas em que só há professores em tempo parcial, pagos "por taxímetro", e há escolas que têm professores em tempo integral, dedicando boa parte de seu tempo à pesquisa, ao aperfeiçoamento dos cursos, à formação de novos docentes.

Outro erro, também de generalização, está em julgar que todas as escolas particulares recorrem a verbas públicas para o seu dia-a-dia. Infelizmente, para esse erro ocorrem algumas escolas de renome, que se acostumaram a oferecer cursos abaixo do custo, contando sempre com subvenções do governo para poderem sobreviver. Na realidade, há escolas que não procuram e nunca procuraram subsídios oficiais para sua operação, valendo-se apenas das imunidades fiscais dadas a instituições de interesse público, vantagem essa em grande parte revertida em fundo de bolsas para estudantes carentes e em programas de aperfeiçoamento do corpo docente.

A que nos leva isso tudo? Sem meios para pagar seus professores dentro da realidade do mercado profissional (dificuldade mais sentida por escolas que formam profissionais liberais), sem meios para repor e ampliar equipamentos de laboratório, renovar assinaturas de revistas especializadas e comprar novos livros para suas bibliotecas, atualizar continuamente seus cursos com novos recursos audiovisuais e de computação, enfim, sem meios para manter a qualidade e a eficiência alcançadas após anos e anos de dedicação de seus dirigentes, de seus professores, funcionários e alunos, as boas escolas particulares serão inevitavelmente levadas ao desaparecimento ou à degradação, caindo enfim na vala comum da mediocridade, na vala das "fábricas de canudos".

Como evitar que isso aconteça?

O caminho é longo, mas algumas medidas imediatas poderiam corrigir distorções a curto prazo e preparar o terreno para soluções duradouras.

Em primeiro lugar, a nova Constituição deveria deixar bem claro que a existência do ensino particular é aceita como fato normal, dentro de um sistema capitalista que incentiva a livre iniciativa. Por outro

lado, é justa a tese, já apresentada na Constituição, de que não se destinem verbas públicas para a manutenção de escolas particulares, sem que estas se submetam ao controle econômico-financeiro do governo, seja quanto ao valor das anuidades, seja quanto ao destino das verbas oficiais.

Em contrapartida, as escolas que não recebessem auxílios diretos do governo, deveriam ter a liberdade de procurar a sua posição no mercado, fixando o valor de suas anuidades de acordo com os custos reais e os padrões de qualidade do ensino oferecido. A liberdade de cobrar anuidades justas de quem pode pagar, seria dada em troca da obrigatoriedade de oferecer bolsas e auxílios financeiros a alunos carentes, numa porcentagem determinada do total arrecadado.

Dessa forma, seria acionada a lei da oferta e da procura (lei que nenhum sistema econômico consegue derrubar de fato): as boas escolas sobreviveriam em função da qualidade do ensino oferecido; teriam recursos certos, livres de injunções políticas e ainda abririam a possibilidade de acolher em seu alunado um número de estudantes capazes, mas carentes, bem maior do que ocorre na atualidade.

Esse sistema de livre iniciativa existe em outros países, onde há uma consciência

do valor e do custo da educação. Nesses países, algumas universidades particulares de renome são procuradas pelo alto padrão de seus cursos, apesar do valor elevado de suas anuidades e da existência de universidades públicas, que cobram anuidades baixas. Elitismo econômico ou escolas particulares só para ricos? Não, porque aquelas mesmas universidades oferecem muitas formas de auxílio financeiro, desde auxílio de emergência, até bolsas completas, que incluem até mesmo residência gratuita, a um número de estudantes que chega a passar da metade do alunado.

Há pois, nessas instituições de ensino, uma distribuição justa de recursos, que são transferidos dos que querem e podem escolher a escola de acordo com o seu interesse e o seu preparo, para os que não poderiam fazê-lo sem auxílio financeiro.

Em nosso país, a mudança para um sistema educacional em que a livre iniciativa possa levar à sobrevivência e ao fortalecimento das escolas particulares que têm algo mais a oferecer do que a média de suas congêneres não pode ocorrer em pleno e de imediato. Mas o primeiro passo poderia ser dado permitindo-se que as escolas particulares, não subvencionadas pelos cofres públicos, fixem livremente o valor das anuidades.

des para os novos alunos a partir de 1988, vinculando esse valor a um critério de concessão de bolsas, enquanto aos antigos alunos seria assegurada a permanência no sistema atual, com aumentos de anuidades fixados pelo governo.

Com as medidas sugeridas, poderíamos iniciar, a curto prazo, a recuperação das escolas particulares de bom nível, sem com isso onerar a sociedade em seu todo.

Quanto às escolas públicas, é obrigação da sociedade, através dos governos municipais, estaduais e federal, zelar pela qualidade do ensino nelas ministrado.

Nada será feito se a nossa sociedade não se conscientizar da importância do bom ensino, do conhecimento, do saber. Somente uma população consciente do lugar prioritário da educação na escala de valores da sociedade moderna saberá exigir do governo maior empenho, maiores investimentos e maior continuidade de ação no campo educacional.

A caminhada é longa, mas precisa ser iniciada com urgência.

O autor é engenheiro — Escola Politécnica (USP), PhD pela Universidade de Stanford, ex-professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e da Escola Politécnica (USP) e professor da Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia.